

Funaro vê dívida como

3/4/87, SEXTA-FEIRA • 7

uma "armadilha"

"Não se sai de uma armadilha pedindo licença". Assim o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tentou justificar ontem, perante a bancada do PMDB no Congresso Nacional, a posição do governo brasileiro frente aos credores internacionais, quanto à suspensão temporária dos pagamentos de juros referentes à dívida de médio e longo prazos com os bancos comerciais estrangeiros, que vigorará até a duração do processo de negociação de um acordo que satisfaça as partes envolvidas.

O ministro da Fazenda considera que a questão da dívida terá profundas repercussões, não apenas sobre a situação brasileira, mas, também sobre o contexto internacional em que se envolve o problema do endividamento dos países em desenvolvimento. Ele acredita que a proposta brasileira de buscar uma solução duradoura para o problema, garantindo uma taxa de sete por cento ao ano para o crescimento interno até 1991, vai assegurar um aumento superior a 20 por cento no Produto Interno Bruto (PIB) per capita no período.

Dificuldades

Funaro reconhece a dificuldade de alcançar os objetivos contidos no Programa de Financiamento de Médio Prazo para o período 1987/91, mas não vê motivos para admitir que tenha ocorrido uma redução no potencial de crescimento da economia brasileira, isto é, na sua taxa de expansão de longo prazo. Ao projetar para o futuro a taxa histórica de crescimento, o governo entende que persistem as características estruturais que impulsionaram o desenvolvimento brasileiro no pós-guerra: oferta de mão-de-obra em expansão, possibilidades de qualificação da força de trabalho, dinamismo empresarial, ritmo de incorporação do progresso técnico, disponibilidade de recursos naturais, diversificação da economia e do comércio exterior.

O principal fator limitativo das possibilidades de crescimento da economia brasileira é, atualmente, o elevado grau de endividamento externo acumulado

nos últimos anos e sujeito as condições onerosas, o que vem determinando pesadas transferências de recursos para o exterior. Somente nos últimos quatro anos o Brasil transferiu, liquidamente, 34 bilhões de dólares para o exterior. "A decisão de manter a taxa histórica de crescimento requer o estabelecimento de um limite à transferência líquida de recursos ao exterior" — disse o ministro. "Esta redução da transferência é indispensável para assegurar o crescimento projetado, única garantia duradoura de manutenção da capacidade de pagamento do país".

Negociação

A proposta brasileira de reestruturação da dívida externa apresentada por Funaro aos parlamentares do PMDB tem como objetivo fundamental garantir a redução da transferência e conterá, como elementos central, a redução expressiva do custo médio da dívida; o refinanciamento parcial e automático dos juros devidos no período 1987/91; a adoção de diversos mecanismos de conversão, com vistas a controlar o crescimento do endividamento e reduzir a vulnerabilidade da economia às flutuações da taxa internacional.

A negociação da dívida, proposta pelo Brasil, não visa apenas a solucionar problemas imediatos de liquidez, e sim recompor mecanismos de financiamento de médio e longo prazos da economia. "Nada me fará recuar" — afirmou Funaro. "Permanecerei fiel ao que penso. Não me afastarei nem um milímetro do ideário do meu partido. E todas as minhas ações no governo continuarão a ser guiadas pela opção pelos pobres, caminho fixado pelo presidente Sarney, decisão histórica, ato de coragem e descortínio de estadista".

No final, mesmo admitindo que não se deve subestimar as dificuldades, o ministro da Fazenda faz um apelo entre a pessimismo e o desânimo. "Venceremos os obstáculos, levaremos a bom termo a negociação externa e haveremos de continuar no caminho para a superação de nossos problemas internos".